

García de Fanelli, Ana María (1998). *Gestión de las universidades públicas*. Buenos Aires: Serie Nuevas Tendencias, Ministerio de Cultura y Educación, Secretaría de Políticas Universitarias.

Núñez, Clara Eugenia (1999). Educación y desarrollo económico, *Revista de Educación I* (318), 9-33.

Samoff Joel, (1999) ¿Cuáles son las prioridades y estrategias para la educación?, *Revista Cubana de Educación Superior XIX* (2), 3-25.

9.9.

Título:

Carga do trabalho docente no ensino superior privado

Autor/a (es/as):

Dias, Sirley Aparecida Araujo [Universidade Federal de Minas Gerais]

Cunha, Daisy Moreira [Universidade Federal de Minas Gerais]

Resumo:

No Brasil, nos últimos 20 anos, houve um expressivo crescimento do ensino superior, seja em instituições públicas ou privadas. Diante desse fato também se amplia o mercado de trabalho para o docente desse segmento e a necessidade de conhecer esse local de trabalho. O trabalho do docente em ensino superior privado ainda é um campo de estudos que tem poucas pesquisas sobre seu funcionamento. É preciso conhecer não apenas as informações sobre o crescimento do setor como também quais são exigências para os docentes que ali atuam. O presente artigo investiga o trabalho docente no ensino superior privado considerando os esforços envolvidos na realização da tarefa, aqui denominado carga de trabalho a que esses profissionais estão submetidos. Não se trata apenas de conhecer a tarefa que os professores fazem, mas como realizam suas atividades, considerando as especificidades da sua realidade institucional em que estão inseridos. Os resultados iniciais apontam para a expansão vertiginosa do setor e do alto percentual de professores remunerados por hora de trabalho.

Palavras-chave:

Carga de trabalho, Instituições de ensino superior privado, Trabalho docente.

1 – Introdução

Os ambientes de trabalho têm-se modificado rapidamente exigindo de todos trabalhadores, independentemente do segmento de atuação, um enfrentamento de situações que anteriormente não estavam previstas.

O segmento educacional também compartilha dessa realidade e, especificamente, no ensino superior privado, as mudanças têm sido frequentes, inclusive na esfera econômica, considerando os processos de compra, fusão, incorporação e demais possibilidades comerciais relativas às mudanças na direção das Instituições de Ensino Superior (IES).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 1996, alterou substancialmente os parâmetros para a educação superior no Brasil. De modo genérico, a LDB, em seu Art. 52, afirma que a instituição universitária desenvolve “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional”.

Segundo Cunha (2003) uma característica marcante da “educação como meta prioritária da proposta é o destaque para o papel econômico da educação, como “base do novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico” (2003, p. 38-9). Entretanto o mesmo autor questiona essa base considerando que privilegia o sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, “entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população” (CUNHA, 2003, p. 39).

Explicitamente o texto da LDB afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. Ao mesmo tempo em que se referia negativamente à rede federal de ensino superior, que “precisaria ser revista”, considerando os custos de sua manutenção, especificamente no que tange ao montante de 70% a 80% do orçamento do Ministério da Educação para encargos e salários, o texto silenciava-se quanto ao conjunto do ensino privado, que é majoritário e, inegavelmente, de qualidade bem inferior (CUNHA, 2003).

A promulgação da LDB abriu as portas para a expansão do ensino superior no Brasil, considerando que as alterações oriundas desse processo instituíram, entre outros aspectos, novos parâmetros para ingresso de alunos e oferta de cursos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o crescimento do setor privado foi expressivo, considerando um incremento de aproximadamente 470% na oferta do número de cursos de 1991 a 2007 no Estado de Minas Gerais (INEP, 2011).

Numa análise preliminar, tal expansão deve-se a inúmeros fatores, tais como, liberação de licenças para funcionamento, exigências de maior escolarização no mercado de trabalho e maior acesso das camadas mais pobres ao ensino superior. O Estado brasileiro é um agente importante neste mercado educacional, por meio da desregulamentação do setor e privatização crescente do segmento educacional, em que a estratégia de democratização da oferta do ensino superior busca expansão da oferta. Argumenta Cunha (2003) que apesar da LDB ter sido minimalista, o poder do Estado foi assegurado por meio dos mecanismos de reconhecimento/credenciamento e avaliação.

Diante do aumento dos cursos e instituições se amplia o mercado de trabalho para os professores de cursos superiores também haverá incremento no número de professores vinculados a tais instituições.

O contexto privado como local de trabalho dos docentes é determinado pela lógica do mercado e essa característica coloca “*a priori*” uma distinção clara entre instituições privadas e públicas. Os professores vinculados às instituições privadas, via de regra, são regidos por numa relação contratual de trabalho distinta daquela existente nas universidades públicas.

O ingresso nas instituições públicas se dá por meio de concursos e o docente passa a fazer parte do quadro efetivo daquela unidade, conforme parâmetros definidos na LDB. Na instituição privada, os docentes são regidos, além da LDB, por outros instrumentos que tratam dessa relação de trabalho. Esses outros instrumentos são a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) firmada entre os sindicatos patronal e dos professores. Trata-se de um emaranhado jurídico em que se baseia a contratação, remuneração e demais dispositivos que permeiam a relação de trabalho dos docentes das IES privadas.

O Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MINAS), entidade de classe que defende os interesses dos professores, por meio da CCT define, entre outros itens, o valor do piso salarial. Assim o professor da rede privada pode ser remunerado conforme o número de horas de trabalho na instituição, quer seja em sala de aula e, nesse caso ser classificado como “aulista”, bem como pode receber por meio período, equivalente a 20 horas semanais ou tempo integral, equivalente a 40 horas semanais¹⁰.

Nesse momento, sublinha-se mais uma diferença entre a instituição pública em que a contratação pode ser por regime de dedicação exclusiva, enquanto na instituição privada o professor recebe valores de acordo com a carga horária que lhe foi designada naquele semestre.

Essa contratação ocorre sob demanda para a instituição, configurando em alguns casos, em contratos momentâneos considerando a carga horária de determinada disciplina e também por

¹⁰ Dados coletados junto ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO – MINAS)

semestres, pelo mesmo motivo. Um dos fatores que viabiliza essa situação é que os professores do ensino superior privado podem ser contratados por hora aula, não existindo nenhuma restrição jurídica nesse sentido. Novamente a LDB, aponta uma diferença entre a instituição pública e a privada em que na primeira há a exigência mínima de 8 horas aula, enquanto no privado a contratação mínima pode ser até por uma hora aula.

Fato é que existe o valor mínimo da hora aula, conforme definido na CCT e, a critério da IES, o professor pode ser contratado pelo número de horas que for acordado entre as partes. O QUADRO I apresenta os valores atuais da CCT vigente para o ano de 2011, definindo o Salário Aula Base (SAB), conforme classificação a seguir.

Quadro I

SEGMENTO	SAB
Educação Infantil (Zero A Três Anos)	R\$ 7,73
Educação Infantil / Pré-Escolar e Ensino Fundamental (1ª à 5ª ou 1ª a 4ª Séries)	R\$ 9,71
Ensino Fundamental (6ª à 9ª ou 5ª a 8ª Séries)/ Ensino Médio / EJA	R\$ 14,18
Ensino Superior e Posterior (Belo Horizonte)	R\$ 30,52
Ensino Superior e Posterior (Demais Municípios)	R\$ 23,44
Curso Livre, Supletivo e Preparatório.	R\$ 16,79
Curso Pré-Vestibular	R\$ 22,83
Educação Profissional [<i>Aula ministrada de 50' (cinquenta minutos)</i>]	R\$ 14,18
Educação Profissional [<i>Aula ministrada de 60' (sessenta minutos)</i>]	R\$ 16,79

Fonte: CCT 2011 – SINPRO Minas Gerais (MG)

A lógica que impera nas instituições privadas é da esfera mercantil, em que, ao sabor do mercado, são oferecidos cursos ou descontinuados aqueles que não firmam como opção rentável. Não raro, os professores apenas ficam sabendo qual será, de fato, o número de horas-aulas no semestre em curso, apenas quando esse efetivamente se inicia e se concretizam as matrículas dos alunos, o que pode ocorrer após o início do semestre.

Nesse cenário é possível observar o macro e o micro contexto da atividade docente. São dois aspectos complementares em que uma parte consiste em reconhecer e descrever o crescimento do setor privado da educação no ensino superior e outra é compreender, discutir, analisar o que faz o professor nesse contexto perpassado de lógicas que nem sempre são compatíveis entre si.

Do ponto de vista ergológico, o essencial da atividade são as negociações permanentes que são feitas nas situações reais. Toda atividade humana é um debate de normas, um diálogo com a

situação em determinado contexto. A discussão sobre o trabalho contempla algumas dicotomias como as lacunas entre a concepção e prática, o trabalho prescrito e o trabalho real e também entre a tarefa e atividade. Essa última contém aspectos da singularidade de quem a executa e a análise da atividade se presta a mostrar as diferenças entre o que é individual e o coletivo. Ao se referir a esse processo dinâmico, em que os aspectos macro, no que diz respeito à gestão, e a ação, em sua dimensão micro, Schwartz (2004) afirma que

A gestão, como verdadeiro problema humano, advém por toda parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados. Toda gestão supõe escolhas, arbitragens, uma hierarquização de atos e de objetivos, portanto, de valores em nome dos quais essas decisões se elaboram. Ora, o trabalho nunca é totalmente expectativa do mesmo e repetição – mesmo que o seja, em parte (SCHWARTZ, 2004, p. 23).

Por outro lado a abordagem individual busca conhecer o coletivo a partir da atividade de cada sujeito. Entende-se que o macro e micro estão amplamente interligados e que quanto mais se entende como o sujeito opera mais se entende do coletivo. A experiência humana é sempre singular, o debate de normas também, mas isso não significa que não há repercussões do singular no coletivo.

Não obstante as dificuldades aqui apresentadas, o contexto tem se tornado ainda mais perpassado por lógicas diversas, sendo caracterizado por uma variedade de condutas administrativas que, na prática, têm sido condicionantes para a flexibilização, precarização e intensificação do trabalho docente.

Os termos precarização e intensificação do trabalho docente necessitam de maior explicitação e essa virá do acompanhamento sistemático da atividade docente. Não se trata de conceituar, o que se faz necessário é não apenas saber o que os professores fazem, mas como fazem, para atenderem às demandas estabelecidas nessa relação. A própria conceituação carece de um olhar mais próximo da atividade considerando que essa é a síntese entre o trabalho que é prescrito e o que é ou o que pode, de fato, ser realizado. Os aspectos ora apontadas que se encontram no cotidiano do docente do ensino superior privado contém elementos que apontam para a dimensão da carga de trabalho.

Ao se referir à carga de trabalho, Wisner (1994) argumenta que “todas as atividades, inclusive o trabalho, têm pelo menos três aspectos: físico, cognitivo e psíquico. Cada um deles pode determinar uma sobrecarga”. O mesmo autor afirma que os três aspectos estão inter-relacionados e que uma sobrecarga em um dos aspectos poderá ser acompanhada de uma carga

bastante alta nos outros dois. Considera que, embora os dois primeiros sejam mais evidentes, é no aspecto psíquico que ocorrem “níveis de conflito no interior da representação consciente ou inconsciente das relações entre a pessoa (ego) e a situação (no caso, a organização do trabalho)” (1994, p. 13).

Para esse autor, a possibilidade de minimizar a carga de trabalho passa necessariamente pela condição de regulação. Em outras palavras, quando que um trabalhador consegue estabelecer estratégias, individuais ou coletivas, para minimizar seu desgaste frente à carga de trabalho, é possível regular sua atividade de trabalho. Entretanto, quanto mais entrelaçado esse trabalho, controlado e regulamentado, o inverso também é verdadeiro, acarretando menores possibilidades dessa regulação.

A palavra regulação se apresenta em variados contextos e campos de conhecimento como um termo polissêmico (BARROSO, 2005). Ao tentar elucidar o termo, o autor discorre sobre as várias áreas e respectivos conceitos que se aplicam nos campos mecânicos, biológicos ou sociais. De acordo com Barroso (2005), há uma distinção entre regulação e regulamentação.

No presente caso, ao mesmo tempo em que existe uma regulação no campo da educação, existe também a regulamentação e essa é parte da própria regulação. As regras acabam por ter um valor em si mesmas, independente do seu uso (BARROSO, 2005, p. 4). No presente caso, o Estado brasileiro regula esse mercado e também o regulamenta, por meio de suas ações e intervenções no segmento, tais como os parâmetros e definições das IES, conforme será abordado adiante.

Em outra perspectiva há também a regulação da atividade, conforme conceitos que também irão subsidiar essa pesquisa, considerando que, ao se realizar uma atividade, ocorre também uma regulação. Caberá ao trabalhador fazer isso de forma a “criar novas normas” que lhe permitam o enfrentamento daquela situação. Assim, para melhor compreender a atividade docente no ensino superior privado, serão apresentados e discutidos os pressupostos teóricos da Ergonomia e da Ergologia. Embora outras facetas façam parte desse contexto, nesse trabalho interessa conhecer de perto, do ponto de vista da atividade, como o docente de uma IES privada faz lidar com sua carga de trabalho.

Esse artigo está estruturado em seções que se iniciam nessa introdução, em seguida apresenta a problematização, o aporte teórico sobre carga de trabalho e justificativa para realização da pesquisa. Procura estabelecer a relação entre o campo de pesquisa e os pressupostos da ergologia e ergonomia, apresenta a metodologia do estudo e, por fim, elenca as Referências.

2 – Problematização

O trabalho docente nas IES privadas está inserido num determinado ambiente de trabalho que é dotado de características peculiares no que diz respeito à contratação dos professores, tanto do ponto de vista formal quanto dos aspectos do trabalho em si.

O ambiente de trabalho é um local de interações, redes de relacionamentos e onde se vivencia o cotidiano da sua atividade, incluindo os aspectos físicos, emocionais e sociais. Pode ser um local com adequadas ou precárias condições físicas para exercer sua atividade, pode ou não dispor das condições materiais necessárias e com entendimentos diferentes ou exigências sobre o que é considerado pela instituição contratante, a tarefa a ser realizada pelo docente. Além dessas condições externas, existem aspectos ligados à singularidade do agir. Trabalhar é exercer uma regulação interna, o que se modifica no fazer – pode melhorar ou piorar e regular uma pressão externa, quais sejam, as cobranças da instituição. A possibilidade de fazer frente às demandas do trabalho pode implicar no desgaste ou agravos à saúde do docente e, até mesmo, no limite, na incapacidade para o trabalho.

Em ergonomia o termo regulação se refere à forma como a atividade é desenvolvida pelo trabalhador, uma vez que a sua realização pressupõe a construção de modos operatórios e o uso de estratégias, que podem ser de adaptação ou de antecipação, para realizar a tarefa da forma como a empresa exige ou espera (GUÉRIN et al, 2001). A construção dos modos operatórios presta-se à mediação entre o que tem que ser feito e a forma como é feito, contemplando “os objetivos gerais fixados pela empresa, os objetivos intermediários que o operador se fixa para atingir os primeiros e os objetivos mais pessoais” (GUÉRIN et al, 2001, p.53). A análise da atividade possibilita a compreensão de que “conforme a situação, a margem de manobra que o operador dispõe para atingir os objetivos de produção é maior ou menor” (GUÉRIN et al, 2001, p. 53).

Assim a margem de manobra é a ‘margem de liberdade’ de que dispõe o trabalhador para regular sua atividade: quanto menor essa margem, maior a carga de trabalho. A atividade docente sujeita-se a constrangimentos específicos, podendo ser físicos e psicossociais. Segundo Telles (1995), a atividade de regulação consiste na “gestão das variabilidades e implica na modificação de modos operatórios, isto é, maneiras de trabalhar, com o objetivo de manter as normas de segurança, qualidade e quantidades de produção” (p.25).

A sobrecarga decorre da impossibilidade de fazer essa regulação, ou seja, lidar com a tensão entre os compromissos com o trabalho e o atendimento à demanda colocada pela instituição. Esse aspecto aponta para a dimensão da intensificação, ou seja, diante da impossibilidade de fazer regulação da sua própria carga de trabalho, essa tende a ser uma sobrecarga. Ressalte-se

que somente é possível ser competente na medida em que o trabalhador pode, por assim dizer, negociar com as normas aplicando as regras gerais em momentos singulares. Para Guérin (2001) “para atingir os objetivos, levando em conta os meios de que dispõe e seu próprio estado, o operador vai elaborar modos operatórios”.

Na questão da carga de trabalho há uma relação entre as formas de trabalhar e de adoecer. Echternacht (2004) afirma que no Brasil coexistem formas antigas e novas de trabalhar, viver e adoecer.

3 - Carga de trabalho

A atividade do trabalho é objeto de estudo e meio da realização teórica e metodológica da Ergonomia, contemplando o processo de realização humana no trabalho, tendo em vista as condições de trabalho, os meios de produção e os resultados oriundos desse processo (GUÉRIN, 2001). A situação de trabalho compõe-se de um conjunto complexo que inclui as condições químicas, físicas, biológicas, entre outras, do ambiente de trabalho, a organização prescrita e real das atividades, bem como a gestão das mesmas e as relações interpessoais que permeiam a realização da atividade (FRUTUOSO E CRUZ, 2005).

O conceito de carga de trabalho foi desenvolvido pela Ergonomia, em suas influências francesas e pela Epidemiologia, no contexto latinoamericano (ECHTERNACHT (1998). Busca entender a repercussão da atividade de trabalho sobre a saúde e o desempenho do trabalhador. O termo carga de trabalho é “um fenômeno que a ciência dificilmente consegue apreender, mas, não obstante, real, como cada um pode constatar pela experiência” (LIMA, 2010, p. 1). Trabalhar implica num grau de mobilização interna e externa para dar cabo da tarefa, “há uma tensão permanente entre as exigências do processo e as capacidades biológicas e psicológicas dos trabalhadores para respondê-las” (FRUTUOSO E CRUZ, 2005, p. 29). A FIGURA1 apresenta de forma esquemática a carga de trabalho como produto de uma relação funcional e da busca de equilíbrio entre as variáveis presentes em sua configuração.

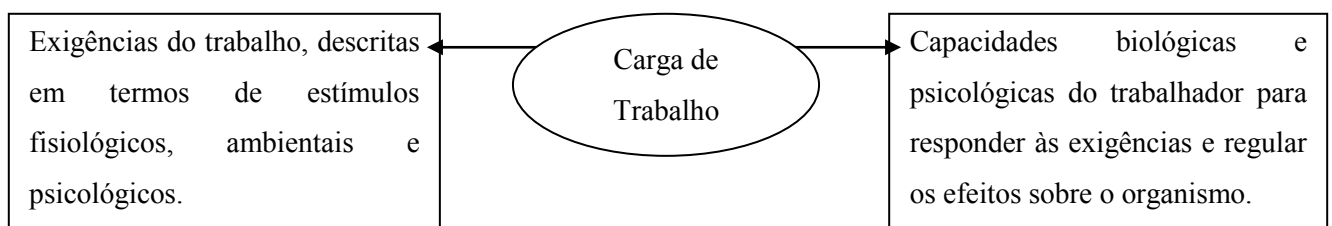


Figura 1 - Representação da Carga de Trabalho como o produto de uma relação funcional

Fonte: FRUTUOSO E CRUZ (2005)

Em suas diferentes concepções, a carga de trabalho é apontada como uma categoria para se pensar no desgaste do trabalhador ao realizar sua tarefa. Conquanto se evoluem os sistemas e modelos de produção, destacam-se formas diferentes de desgaste. A condição de desgaste como agravamento à saúde decorre da impossibilidade de regular sua carga considerando as implicações do indivíduo com a realização da tarefa e seu esforço nessa realização.

Quadro 2 – Definições do conceito de carga de trabalho segundo a literatura especializada

Definições	Autor
“A noção de carga de trabalho será, pois, sempre relativa à interação entre um sujeito e as exigências de determinado meio”.	Leplat e Cuny*
“O conceito de carga de trabalho possibilita a análise do processo de trabalho que extrai e sintetiza os elementos que determinam de modo importante o nexo biopsíquico da coletividade operária e confere a esta um modo histórico de “andar a vida” p. 110	Laurell e Noriega*
“Toda atividade, inclusive o trabalho, tem pelo três aspectos: físico, cognitivo e psíquico. Cada um deles pode determinar uma sobrecarga. Eles estão interrelacionados e são bastante frequentes, embora não seja necessário que uma forte sobrecarga de um trabalho seja acompanhada de uma carga bastante alta nos dois outros domínios” p.13	Wisner*
Carga de trabalho representa o conjunto de esforços desenvolvidos para atender às exigências das tarefas. Esse conceito abrange os esforços físicos, os cognitivos e os psicoafetivos (emocionais)” p. 58	Seligmann-Silva*
“As cargas de trabalho são definidas como exigências ou demandas biológicas do processo de trabalho, gerando ao longo do tempo a particularidade do desgaste do trabalhador” p. 61	Greco, Oliveira e Gomes*
A partir de Laville, Kalsbeek e Leplat, pode-se afirmar que carga de trabalho é a relação entre constrangimentos impostos pela tarefa, pela interfase, pelos instrumentos e pelo ambiente (carga funcional), em conjugação com as atividades desempenhadas e a capacidade de trabalho do operador” p. 80	Moura*
“A carga de trabalho depende do conteúdo da tarefa e das limitações temporais nas quais é executada: à pergunta sobre o tipo de atividade focalizada devem-se associar as questões: “quantas vezes por unidade de tempo” e “durante quanto tempo tal atividade é realizada”?	Laville
“(…) carga de trabalho é composta de pelo menos dois aspectos: físico e mental. As físicas compõem as exigências de desempenho corporal necessárias à realização de uma tarefa. As mentais agregam um universo de condutas cognitivas e afetivas associadas à elaboração de uma tomada de decisão e seus respectivos processos motivacionais” p. 141	Cruz e Correa
“(…) carga de trabalho é resultado coletivo de diferentes componentes independentes, tais como: a carga relacionada à tarefa, o esforço, a motivação e o desempenho do operador” p. 183	Charlton, 1996

Fonte: Obs. Baseado em Cruz (p.188) apud Frutuoso e Cruz (2005)

Como se pode depreender dos diferentes enfoques e conceitos apresentados no QUADRO 2, é possível apontar os aspectos que corroboram a idéia de que essa relação, conforme seus componentes materiais, físicos e psicossociais, é multidimensional.

A carga de trabalho é produto da mediação existente entre a atividade de trabalho e o processo de desgaste. Necessário salientar que se encontra nessa mediação um paradoxo perverso em que o indivíduo, por compromisso com seu trabalho, com responsabilidade pelos resultados, pode se desgastar a ponto de desencadear agravos à sua saúde.

A construção de regulações individuais e coletivas, bem como estabelecimento de modos de agir, denominados em ergonomia como modos operatórios, são também, segundo Laurell (1989) vivências que se referem aos “modos de andar a vida”.

De acordo Echternacht (1998) a subjetividade que se revela nas possibilidades de ação humana media-se em uma realidade objetiva. Em outras palavras, a ação humana é contextualizada e situada, numa convocação de materialidades corporais gerando energia humana por meio de processos psíquicos. Segundo Laurell (1989) “a materialidade das cargas de trabalho são processos corporais transformados”.

Nesse mesmo percurso Canguilhem (2001) afirma que o homem é um conjunto físico e químico bem como um conjunto de valores e que a vida é sustentada por uma base valorativa. Destaca a polaridade dinâmica da vida em que existe a normatividade biológica e social num processo de saúde e doença.

Canguilhem (2001) apresenta que as regras em sua dimensão social, são entendidas como normas sociais e como tal, devem ser representadas, aprendidas, rememoradas e aplicadas. Em um organismo vivo, as regras de ajustamento das partes, para seu pleno funcionamento, são imanentes, presentes, não havendo necessidade de serem representadas.

Em se tratando dos aspectos biológicos, por exemplo, a noção de saúde se insere num conjunto de regras de funcionamento do ser humano, por sua vez, a infração poderia ser compreendida por uma situação de desequilíbrio do estágio anterior e finalmente, a regulação diz respeito à possibilidade do corpo em se restabelecer e se colocar em funcionamento em consonância com essas novas regras, que pode ser de caráter temporário ou permanente.

A norma aqui entendida trata-se de um estatuto que fixa o normal a partir de uma decisão normativa e o patológico como algo se coloca fora da norma. Canguilhem (1995) argumenta que o patológico não necessariamente é doente, assim se um organismo desafia a regra e se renormaliza, se mostra saudável. O ser vivo quer vida e vida é adaptabilidade e, portanto, renormalização. O normal é diferente do patológico, mas é patológico quando adota o normal como regra. Nesses termos a doença não é uma variação da saúde, é uma nova dimensão da vida

que pode se instaurar novamente em outras bases, ou seja, em outras normas, instituindo normas diferentes em condições diferentes, assegurando sua adaptabilidade.

Após as informações relativas à compreensão da saúde como normatividade vital, essa discussão extrapola para a questão do trabalho, considerando a normatividade social. Nesse sentido, a abordagem de Canguilhem de “filosofia da vida” traz questões que propiciam a problematização da normatividade em situações de trabalho (CANGUILHEM, 2005).

Portanto, compreender o trabalho como atividade normativa, propõe duas abordagens, que não são excludentes, mas complementares. Numa perspectiva a ergonomia identificou e nomeou a distância que existe entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Por analogia, pode-se entender que o trabalho prescrito, representa, nessa abordagem proposta por Canguilhem, como a regra no sentido do que é determinado previamente. Por outro lado, a realização da tarefa, necessariamente ocorrerá numa atividade singular e contextualizada, o que remete à ideia de adaptabilidade. Assim a polaridade dinâmica da vida também está presente nesse contexto.

4 – Justificativa

Considera-se que há uma demanda por conhecer o campo de trabalho docente no ensino superior privado por se tratar de um segmento que tem crescido e adquirido importância para a produção de conhecimento sobre o trabalho docente. A sua justificativa é também econômica e social, considerando que a expansão do acesso à educação superior desemboca na ampliação significativa do campo de trabalho para os docentes.

O GRAF. 1 apresentado a seguir mostra a evolução do número de instituições de educação superior, considerando o Censo de Educação Superior no período de 2000 a 2009, destacando a expansão inequívoca do setor privado em relação ao setor público. Diante de números tão expressivos, em que a expansão da oferta de vagas do ensino superior está calcado na instituição privada, é evidente que esse campo carece de estudos que possibilitem compreender a atividade docente nesse segmento. Os números refletem o panorama do ensino superior no Brasil e apontam para a consolidação da atuação das IES.

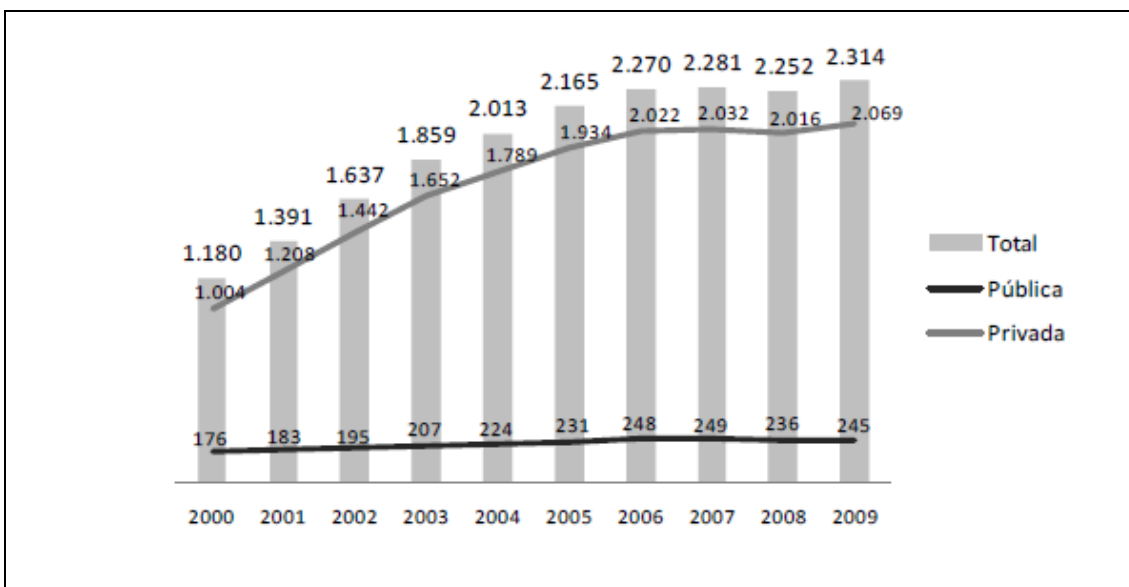


Gráfico 1 – Evolução do Número de Instituições de Educação Superior – 2000-2009

Fonte: Censo de Educação Superior/MEC/Inep

Essa realidade aponta para inúmeras repercussões considerando que a educação é, conforme a Constituição Federal do Brasil (1988), dever do Estado e direito do cidadão. Nesse caso, o dever do Estado é também de fiscalizar, reconhecer e autorizar o funcionamento das IES privadas, ao mesmo tempo em que essas instituições se ampliam a ponto de praticamente igualarem-se ao Estado na oferta de vagas (Censo de Educação Superior, 2009).

Em relação aos docentes, nos aspectos relativos à forma de contratação, por Regime de Trabalho, a TABELA 1 apresenta os dados de contratação por Tempo Integral, Parcial e Horista nas IES públicas e privadas. A forma de contratação docente na IES privada se subdivide nas seguintes modalidades: 21,5% adotam tempo integral, 25,5% dedicam tempo parcial e 53% pertencem a categoria horista.

Acentua-se que a forma de contratação mais freqüente nas IES do setor privado é do professor horista e isso impacta substancialmente sobre a carga de trabalho. Nessa categoria, o docente é remunerado por um número de horas que pode variar de um semestre para o outro e, *a priori*, não são conhecidos os impactos dessa oscilação do ponto de vista de sua carga de trabalho.

Tabela 1 – Número de Funções Docentes em Exercício, por Regime de Trabalho, segundo Categoria Administrativa – Brasil – 2009

Categoria Administrativa	Funções Docentes em Exercício							
	Total	%	Regime de Trabalho					
			Tempo Integral	%	Tempo Parcial	%	Horista	%
Total	340.817	100	143.963	42,2	73.059	21,4	123.795	36,3
Pública	122.977	100	97.069	78,9	17.485	14,2	8.423	6,8
Federal	72.228	100	63.215	87,5	7.985	11,1	1.028	1,4
Estadual	43.145	100	32.445	75,2	7.938	18,4	2.762	6,4
Municipal	7.604	100	1.409	18,5	1.562	20,5	4.633	60,9
Privada	217.840	100	46.894	21,5	55.574	25,5	115.372	53,0

Fonte: Censo da Educação Superior / DEED / MEC / INEP

No bojo do incremento do acesso ao ensino superior privado e das repercussões dessa expansão, torna-se necessário conhecer como está organizado o trabalho docente nas IES privado, uma vez que esse se tornou um ampliado campo de trabalho docente.

5 – Características do campo de pesquisa

A expansão do ensino superior foi alavancada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 possibilitou a expansão da oferta de ensino superior, seja na abertura de novas instituições, novas unidades e oferta de cursos.

Ao se referir à expansão das IES, Sguissardi; Silva Jr. (2001, 2005) traçam um panorama histórico e político que se inicia a partir da Reforma do Estado e argumentam que “é um processo político de ajuste institucional, com origem no Estado moderno, para a conformação do ser social e de suas atividades, assim como para a produção de uma nova cultura” (2005, p. 24).

Dessa forma a LDB não tem alcance para efetivamente atender à questão do que deveria ser contemplado com a reforma da lei acerca da educação superior. Uma questão recorrente diz respeito ao tripé ensino, pesquisa e extensão. A despeito dos números serem expressivos em relação à abertura de cursos ou instituições, que é do campo do ensino, não se encontra respaldo notadamente no desenvolvimento da pesquisa e da extensão (SGUISSARDI; SILVA JR., 2001, 2005).

6 - Metodologia

A pesquisa a ser realizada trata-se de um estudo qualitativo, baseado em pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas abertas e observações.

Como ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo, será realizada uma pesquisa bibliográfica, a qual é “desenvolvida com base em material já elaborado, cujas fontes são constituídas por material já impresso localizado nas bibliotecas, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Quanto aos fins, utilizar-se-á pesquisa exploratória, caracterizada pela possibilidade de se familiarizar com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002). Tais pesquisas têm como objetivo principal o “aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”, visto que são normalmente realizadas em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (GIL, 2002, p. 41).

Adotar-se-á o estudo de caso com o intuito de coletar o máximo de informações possíveis sobre a carga de trabalho docente numa IES privado. Segundo Gil (2002, p. 54), um estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Para a ergonomia a definição da tarefa não dá conta de apreender a complexidade da atividade, uma vez que a mesma se dá em condições reais que se modificam a todo o momento, enquanto a tarefa se pretende normativa e em condições determinadas (GUÉRIN, 2001). A ergologia amplia essa discussão incluindo que a realização da atividade inclui as “normas antecedentes”, ou seja, a atividade é realizada contemplando aspectos anteriores à sua própria realização. A abordagem ergológica instiga e propõe que “podemos acompanhar com uma lupa o processo de tratamento e re-tratamento dos saberes e valores, o debate de normas e as ‘re-normalizações’ efetuadas nas normas antecedentes pela atividade humana em ação de trabalho” (CUNHA; LAUDARES, 2009, p. 67).

Os sujeitos de pesquisa necessariamente devem estar vinculados a uma única instituição, pois para os resultados do estudo, há necessidade de conhecer o campo institucional a quem o docente está submetido. Não se desconhece que inúmeros docentes atuam em várias instituições entretanto, para essa pesquisa, é indispensável que esteja vinculado a uma única instituição e que sua contratação seja de trabalho formal. Delimitar a carga de trabalho numa mesma instituição é relevante, pois o docente horista pode perder a dimensão institucional, dependendo dos tipos e quantidade de vínculos estabelecidos na prestação de serviços.

Os docentes, após consentirem com o processo, serão acompanhados em seu local de trabalho, durante situações de aulas e demais atividades atinentes à sua atividade.

7 - Referências

- BARROSO, João (2005) O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Revista Educação e Sociedade, vol. 26, n° 92. Retirado em Outubro 11, 2011 de <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior (s/d) Retirado em Setembro 02, 2011 de <http://portal.inep.gov.br/web/cento-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>
- BRASIL. Ministério da Educação. DECRETO Nº 3.860, de 9 DE JULHO DE 2001. (s/d) Retirado em Setembro 02, 2011 de <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>
- CANGUILHEM, Georges (2001). Meio e normas do homem no trabalho. Revista proposições, volume 12, p. 35-36, jul-nov. Retirado em Outubro 11, 2011 de <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/texto409.html>
- CANGUILHEM, Georges (1995). O Normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CANGUILHEM, Georges (2005). Escritos sobre a medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CUNHA, Daisy Moreira; LAUDARES, João Bosco (2009). Trabalho: Um objeto transdisciplinar esperando re-conhecimento. In CUNHA, Daisy Moreira; LAUDARES, João Bosco (Organizadores). Trabalho: Diálogos multidisciplinares (pp.50-73) Belo Horizonte. Editora UFMG.
- CUNHA, Luis Antônio (2003) O ensino superior no octênio FHC. Revista Educação e Sociedade, vol. 24, n. 82, p. 37-61. Retirado em Novembro 01, 2011 de <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>
- ECHTERNACHT, Eliza (2004). Alguns elementos para reflexão sobre as relações entre saúde e trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. Vol. 2. n. 2. P. 85-89. Abr-Jun. Belo Horizonte.
- ECHTERNACHT, Eliza (1998). Sobre o conceito de carga de trabalho. Mimeo. Escola de Engenharia da UFMG. Belo Horizonte.
- FRUTUOSO, Joselma Tavares; CRUZ, Roberto Moraes (2005). Mensuração da Carga de Trabalho e sua relação com a saúde do trabalhador. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. Vol. 3. No 1. p. 29-36. jan-jul . Belo Horizonte.
- GIL, Antônio Carlos (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas.

- GUÉRIN, François. et al. (2001). Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher Ltda.
- LAURELL, Asa Cristina (1989). Processo de Produção e saúde, trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec.
- LIMA, Francisco de Paula Antunes (2010). Carga de Trabalho. OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG. Faculdade de Educação. CDROM.
- SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JR., João dos Reis (2001). As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção. São Paulo: Cortez.
- SCHWARTZ, Yves (2004). Trabalho e Gestão: níveis, critérios, instâncias. FIGUEIREDO, Marcelo et al. (Org.). Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A.
- TELLES, Ana Luiza (1995). A ergonomia na concepção e implantação de sistemas digitais de controle distribuído. Dissertação de Mestrado, Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) UFRJ, Rio de Janeiro.
- WISNER, Alain (1994). A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro.

9.10.

Título:

A substituição das cátedras pelos departamentos e a criação dos institutos de ciências nas Universidades Brasileiras

Autor/a (es/as):

Filho, Macioniro Celeste [UNESP - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências - campus de Bauru – SP]

Resumo:

Para auxiliar na compreensão dos Departamentos e dos Institutos universitários atuais, frente possíveis propostas de reformulação e aprimoramento de suas funções na universidade brasileira, é importante conhecer as condições de sua criação meio século atrás. Na década de 1960, quando da configuração das idéias básicas sobre a Reforma Universitária, duas concepções tornaram-se gradativamente consensuais entre os intelectuais brasileiros: a necessidade de substituição das cátedras pelos departamentos e a transformação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Institutos especializados em ciências. Até então, sua maior